

NOTAS AO "ÚLTIMO MANIFESTO POLÍTICO
DE SILVA JARDIM"

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci

Embora não seja um dos mais vibrantes manifestos do propagandista republicano, precursor do socialismo científico no Brasil, Antônio da Silva Jardim, nos parece interessante algumas considerações sobre ele, justamente para observarmos, mais uma vez, a ténpera e a firmeza, o vernáculo e a verve, a justiça, enfim, que sempre fora sua "qualité maitresse".

Parece-nos o óbvio, porém sempre oportuno lembrar-se que a República não apresentou nenhuma ruptura com o passado monárquico, tal qual, a Independência não representara igualmente uma ruptura total com o passado colonial. Antes, o Império, instituído em 1822 e institucionalizado em 1824, conservaria muito do espírito e dos vícios do antigo sistema colonial, bem como a República, implantada em 1889 e institucionalizada em 1891, conservaria praticamente todos os vícios do sistema monárquico que o Manifesto de 1887 tão duramente criticara. Assim, o sistema eleitoral permaneceria eivado de vícios, continuando a vigorar o sistema de cabresto, ao invés de eleições populares; o governo representativo, continuaria uma farsa; os partidos políticos permaneceriam desacreditados, girando sempre mais em torno de homens do que de idéias; os oprimidos, continuariam a ser aviltados; a instrução pública permaneceria abandonada; os privilégios de "classes" ou de "posições", continuariam; o funcionalismo público, permaneceria supérfluo; o mandonismo local, acentuar-se-ia mais ainda, exacerbando-se o "coronelismo"; enfim, os escrúpulos seriam os eternos ausentes e o que de fato teria ocorrido seria apenas a "monarquia sem Imperador", e a implantação de uma "República dos senhores de terras".

Neste cenário, diríamos até certo ponto "cômico, se não fosse trágico", Silva Jardim aparece-nos como a figura dominante da ala "revolucionária" de toda a propaganda republicana, sem contudo ter conseguido êxito para implantar aquilo que ele denominava a "República de seus sonhos", ou seja, a culminação de um verdadeiro e autêntico movimento de massas.

Sendo Silva Jardim um dos maiores evangelizadores do credo democrático, às proximidades da queda do trono brasileiro, seus vários

“meetings” revelam-se-nos, de sua parte, que não chegou ele a aperceber-se da verdadeira correlação das forças em jogo, e, proclamada a República, sentindo a ingratidão de seus companheiros de lide, exila-se, voluntariamente, escrevendo seu último manifesto, a 2 de outubro de 1890, dirigido ao Partido Republicano do Estado do Rio de Janeiro, que é, sem dúvida alguma, não só a sua palavra fácil, singela e pura de agradecimentos, como verdadeira consagração de sua convicção e honestidade política, bem como da confiança que depositava no povo de seu país.

Torna claro que se afastava de sua amada terra natal por que discordava da situação política imposta por um governo ditatorial como o que se implantara com a República Brasileira e, igualmente, sabendo o quanto o povo, principalmente de seu Estado — o Rio de Janeiro — o estimava e mais, participava de suas certezas políticas, afastava-se, repetimos, para evitar uma agitação que, a seu ver, naquele momento, seria assaz arriscada ao país.

No entanto, afirmaria: “A arte política não é mais que o bom-senso popular aplicado aos negócios comuns, e manifestados pelos órgãos livres de sua opinião; e é preciso, mormente no caso brasileiro, obedecer a esse bom-senso popular.

De outro modo, a obra da consolidação da República encontrará ainda maiores obstáculos que a sua proclamação”¹.

Nesse seu último manifesto, recorda, com pesar, o problema da escravidão no Brasil, quando, lembrando o “meeting” realizado na cidade de Santos, a 19 de janeiro de 1888 (insistindo na necessidade da consolidação da Abolição, abolindo-a em definitivo do país, e, aconselhando a revolução, embora sem guerra civil), teria dito então o revolucionário Silva Jardim: “o que é preciso fazer é consolidar a Abolição, desviando a indignação (dos proprietários rurais) contra a princesa e contra o trono, e de um projeto de indenização para a aspiração à República; é isto que é preciso proclamar e instituir”².

Insiste ainda, neste seu Último Manifesto, ao examinar os resultados da primeira eleição do novo regime, em dizer que não tinha responsabilidade direta alguma nos atos do Governo Provisório, a não ser no seu apoio geral à situação, já que, quando da organização do regulamento eleitoral, único ato em que teria intervindo, fora anulado.

(1) “Último Manifesto Político de Siva Jardim” — in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, RJ, Imprensa Nacional, vol. 179, abril/junho 1943, p.238.

(2) Jardim, Antônio da Silva — Memórias e Viagens, Campanha de um Propagandista (1887/1890). Lisboa, Tip. da Companhia Nacional Editora, 1891.

Declara, ainda, que toda sua propaganda republicana fora feita as suas custas, bem como seus escritos, distribuídos gratuitamente, e que, sua saída do país, era igualmente sem “comissão oficial ou oficiosa, pública ou particular de ordem alguma do Governo Provisório. Saio livremente, saio porque quero sair. Não levo, pois, nenhum auxílio do tesouro público, vou subsistir com os meus recursos pessoais”³.

Como acreditava Silva Jardim, com sua formação calcada na linha positivista, embora longe do ortodoxismo, sendo antes materialista e dialético, “a vida particular dos homens públicos é tanto do domínio social, que não me desdenho de fazer tais declarações”⁴.

Afirmava, ainda, concluindo seu Último Manifesto que não se sentia “esterilizado, nem desalentado, antes assim preparado para os reveses, mas prudente e patriota, e confiante nas forças do povo brasileiro, é que eu digo adeus a meu país”⁵.

Por estas linhas deixadas aos seus concidadãos antes que, desgraçadamente, fosse tragado pelas lavas do Vesúvio, meses depois, em 1º de julho de 1891, observa-se que, no Brasil de todas as épocas, os homens e as instituições sempre se mantiveram na posição de um paradoxal antagonismo, inacreditável, certas vezes, ocultando uma veemente aversão pelo ajuste de suas próprias razões ou necessidades. Daí a formação de grupos insatisfeitos, despidos de compreensão própria na relatividade do amadurecimento das concepções; daí ainda, a luta entre Individualismo e Idealismo que se pode apreciar em nossa evolução histórica, e que, permitiu, apesar de Silva Jardim ter sido uma pessoa bastante aceita pelo povo, apesar de haver tentado uma educação política de massas, apesar de haver levantado entusiasmos e confianças, o aspecto curioso de se observar, é que, a tão acentuada e decantada Liberdade não se coadunou bem na realidade brasileira.

O impacto prossegue e a política, como ciência e prática, ainda não realizou a “República dos Sonhos” jardinistas ! . . .

*

RELEMBRANDO O PIAUÍ *

Lycurgo de Castro Santos Filho

Em janeiro deste ano de 1978, a Academia Piauiense de Letras comemorou o 60º aniversário de fundação. Na ocasião, convidou represen-

(3) Jardim, Antônio da Silva — “Último Manifesto Político”, p. 241.

(4) Idem, p. 242.

(5) Idem, *Ibidem*.

(*) Palestra pronunciada na Academia Campinense de Letras a 2-10-1978.